

**TURMA RECURSAL ÚNICA**

**J. S. Fagundes Cunha**

Presidente – Relator

**RECURSO INOMINADO Nº 2006.3281-7/0, DO**  
**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE**  
**FAZENDA RIO GRANDE**

RECORRENTE .....: **EDITORA ABRIL S/A**

RECORRIDO.....: **RAFAELA GHELLERE DAL FORNO**

RELATOR.....: **J. S. FAGUNDES CUNHA**

**RESPONSABILIDADE CIVIL. CONSUMIDOR. DÉBITO EM CONTA CORRENTE. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO. DANO MORAL. DEVOUÇÃO EM DOBRO DOS VALORES.**

*1. A ausência de contrato a autorizar a cobrança em conta corrente de valores referentes à assinatura de revista denota a conduta ilícita e de má-fé do fornecedor que assim age.*

*2. No entanto, o mero dissabor do débito de valores indevidos não configura o dano moral, ausentes conseqüências maiores como a devolução de cheques, ou a inscrição do consumidor em órgãos de proteção ao crédito.*

*3. Havendo a cobrança indevida, mas ocorrendo a devolução de montante igual ao valor cobrado indevidamente, persiste a obrigação de devolução em dobro, nos termos do art. 42, § único do CDC, mas tão somente em relação ao remanescente.*

*4. Recurso parcialmente provido.*

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 2006.0003281-7/0 do Juizado Especial Cível da Comarca de Fazenda Rio Grande, em que é Recorrente Editora Abril S/A e Recorrida Rafaela Ghellere Dal Forno.

**TURMA RECURSAL ÚNICA****J. S. Fagundes Cunha****Presidente – Relator****01. RELATÓRIO**

**Rafaela Ghellere Dal Forno** interpôs ação de indenização por danos morais e materiais em face de Editora Abril S/A e do Banco do Brasil S/A alegando que sofreu cobrança indevida de valores em conta corrente por obra dos réus, pois era assinante de revista editada pela primeira demandada, rescindiu há mais de quatro anos o contrato e jamais o renovou ou adquiriu nova assinatura, não havendo, portanto, autorização para o débito.

Em parecer devidamente homologado (fls. 81/85), o pedido foi julgado totalmente improcedente quanto à instituição bancária, e parcialmente procedente quanto à editora, para condená-la ao pagamento de R\$105,00 a título de danos materiais e R\$3.000,00 a título de danos morais.

Inconformada com a decisão interpôs a segunda ré o presente recurso, alegando, em síntese, que: a) a cobrança é devida, pois houve contrato; b) não cabe devolução em dobro dos valores; c) não restou configurado o dano moral; d) a indenização por danos morais não deve ter caráter pedagógico, medindo-se pela extensão do dano. Requereu, ao final, o provimento do recurso para julgar improcedente a ação.

**É o relatório.**

**TURMA RECURSAL ÚNICA****J. S. Fagundes Cunha****Presidente – Relator****02. FUNDAMENTAÇÃO**

Tratando-se de pedido de indenização por ato ilícito, devem estar configurados os requisitos dos arts. 186 e 927 do Código Civil, quais sejam: ação ou omissão ilícita do agente; o dano; o nexo de causalidade entre a conduta e o dano; a culpa.

Compulsando-se os autos, verifica-se que realmente houve uma conduta danosa da apelante, que resultou em dois débitos no valor de R\$ 52,50 na conta corrente da apelada.

Com efeito, o fato de que os débitos havidos partiram da editora é incontroverso no processo, pelo que é incontroverso também o nexo de causalidade.

Da mesma forma, invertido o ônus da prova dos fatos narrados na inicial (fls. 79), não logrou a recorrente provar a existência de contrato a autorizar a cobrança de valores da recorrida, limitando-se a argumentar que não existe “documentação ou gravação” acerca do mesmo (depoimento pessoal de fls. 79), pelo que é ilícita sua conduta.

De igual maneira, os débitos resultantes encontram-se devidamente demonstrados pelos extratos de conta corrente anexados às fls. 10/76, sendo incontroversos no processo.

Assim, extrai-se que realmente a cobrança dos valores pela apelante foi ilícita, na carência de autorização legal para tanto.

**TURMA RECURSAL ÚNICA****J. S. Fagundes Cunha****Presidente – Relator**

Em se tratando de dano moral, no entanto, há que se averiguar se este realmente existiu, como um dos requisitos para a configuração da responsabilidade civil.

Neste sentido, verifica-se pelas reclamações feitas à empresa (fls. 10/11) que efetivamente houve o sofrimento de um de um dissabor por parte da consumidora, mas que não é suficiente para configurar um dano moral, que deve ser um sofrimento anormal, destoante dos sentimentos corriqueiros do dia-a-dia.

Tal abalo extraordinário somente ocorreria, no caso, se houvesse alguma conseqüência maior, como a inscrição da consumidora nos órgãos de proteção ao crédito, ou a devolução de um de seus cheques.

Neste sentido, colha-se da jurisprudência:

**“CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. O débito levado a efeito em conta corrente, sem a autorização do respectivo titular, para o pagamento de conta de luz, não induz, por si só, o reconhecimento de dano moral, a despeito do aborrecimento que isso possa ter provocado; o dano moral apenas se caracterizaria se o lançamento do débito tivesse conseqüências externas, v.g., devolução de cheques por falta de provisão de fundos ou inscrição do nome do correntista em cadastro de proteção ao crédito. Recurso especial conhecido e provido”. (STJ, Resp nº 409917/MG, Terceira Turma, Rel. Min. Ari Pargendler, julgado em 30/04/2002).**

Não configurado, portanto, o dano moral, não há que se falar no intuito inibidor na fixação de sua indenização, pois

**TURMA RECURSAL ÚNICA****J. S. Fagundes Cunha****Presidente – Relator**

trata-se de critério de quantificação, que somente tem cabimento quando o dano existe.

Já no que se refere ao pedido de devolução em dobro dos valores cobrados indevidamente, infere-se, como já se destacou, que realmente esses valores foram ilicitamente cobrados, ressaltando deste episódio inequívoca má-fé da apelante, que sabendo da inexistência de contrato a autorizar a prestação de serviços e a conseqüente cobrança pelos mesmos, mesmo assim debitou a conta corrente da apelada.

Assim, é de se aplicar ao caso a regra do art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, que prevê a devolução em dobro do valor cobrado em excesso em caso de cobrança indevida.

Entretanto, é de se notar que no caso, após o ajuizamento da ação o montante cobrado indevidamente foi devolvido à conta da apelada.

Desta forma, reconhece-se aqui a permanência de necessidade de pagamento de apenas R\$ 105,00, acrescidos de juros moratórios desde a data do fato (Súmula 54 do STJ) e correção monetária a partir da data desta decisão, e dos juros moratórios sobre o valor de R\$105,00 já pago, incidente igualmente desde a data do fato até o dia do efetivo pagamento.

**TURMA RECURSAL ÚNICA****J. S. Fagundes Cunha****Presidente – Relator****03. VOTO**

Assim, Voto no sentido de dar parcial provimento ao recurso, mantendo-se a r. sentença apenas no que tange à condenação da apelante à devolução em dobro dos valores cobrados indevidamente.

De conseqüência, sendo mínima a sucumbência, deixo de condenar a recorrente nas custas e despesas processuais e nos honorários advocatícios.

**04. DECISÃO**

**ACORDAM** os Magistrados integrantes da **Turma Recursal Única** dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, J. S. FAGUNDES CUNHA – Relator, Edgard Fernando Barbosa – Vogal e Luciano Campos de Albuquerque – Vogal, sob a Presidência de J. S. FAGUNDES CUNHA, em **CONHECER** e **DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO**, por unanimidade de votos, de acordo com o Voto do Relator, conforme consta na Ata do julgamento.

Curitiba, 30 de junho de 2006.

**J. S. FAGUNDES CUNHA – Relator**

Juiz Substituto em Segundo Grau

**Presidente da Turma Recursal**